

Universidades Lusíada

Vieira, Vasco Joaquim Rocha

Macao uma plataforma para o futuro

<http://hdl.handle.net/11067/1027>
<https://doi.org/10.34628/a0v7-v121>

Metadados

Data de Publicação	2013
Palavras Chave	Macau (China : região administrativa especial) - Condições económicas
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 08 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T08:57:40Z com
informação proveniente do Repositório

MACAU UMA PLATAFORMA PARA O FUTURO

Vasco Joaquim Rocha Vieira
General

Intervenção no Fórum Portugal-China
Universidade Lusíada - 31 de Outubro de 2012

Exmo Sr Embaixador da Republica Popular da China, Sr Zhang Beisan,
Senhor Reitor da Universidade Lusíada,
Sra Vice-Reitora da Universidade de Lisboa,
Sr Dr Martins Lopes, parabéns pelo ilustre desempenho na viagem que foi feita há quinze anos, a Macau e à China, e pela iniciativa de agora a relembrar
Senhores oradores,
Senhores professores e alunos,
Minhas senhoras e meus senhores:

Quero começar por dizer, que tenho muito gosto em estar na Universidade Lusíada, nesta prestigiosa Universidade.

Dividirei a minha intervenção, subordinada ao tema “Macau uma plataforma para o futuro” em 3 partes. Primeiro uma muito breve referência histórica, de seguida o período de transição e finalmente Macau na RAEM.

Uma das características mais marcantes de Macau, é o de ter sido sempre um local de encontro e passagem, um entreposto uma plataforma de cooperação e de ligação.

E quando falo de plataforma, todos se lembrarão com certeza, como já foi referido anteriormente pelo Sr. Embaixador, que foram os portugueses os primeiros ocidentais a chegar à China, criando um entreposto comercial em Macau. Mas diria que Macau, ao longo dos séculos, tem sido sempre um ponto de encontro de culturas, de religiões e de etnias, um ponto de passagem de pessoas que chegam ou saem da China para o exterior, e também uma plataforma de refúgio. Refúgio de políticos, de calamidades, de guerras, de pessoas que procuraram um espaço neutral, um espaço neutral sempre respeitado. Macau tem na sua fragilidade, na sua vulnerabilidade, uma das suas principais linhas de força, tendo sido sempre respeitada como um espaço de neutralidade e de harmonia. Naturalmente que estas facetas que refiro de Macau como plataforma, tiveram maior ou menor importância ao longo dos tempos conforme as circunstâncias, conforme também, e isso é determinante, a maior ou menor abertura ou fechamento da China ao exterior. Também, mais recentemente, no séc. XX, devido ao facto de Portugal e a China não terem tido relações diplomáticas durante determinado período, só restabelecidas em 1979. Apesar de todas as contingências, Macau desempenhou sempre o papel de plataforma que, agora, num mundo globalizado, em que a

China atravessa uma fase de crescente abertura e acelerada modernização, encontra novos desafios que tem sabido enfrentar.

Referir-me-ei, agora, ao período de transição.

Quando Portugal e a China assinaram a Declaração Conjunta (DC) em 1987, assumiram ambas um compromisso em relação a Macau.

Portugal assumiu o compromisso de preparar a transição da passagem da administração portuguesa para a administração chinesa em 19 para 20 de Dezembro de 1999, e a China assumiu o compromisso de criar a Região Administrativa Especial de Macau, pelo menos por 50 anos, mantendo o modo de vida da população de Macau, os seus direitos, liberdades e garantias, preservando os sistemas político, administrativo e judicial vigentes no Território.

No final do séc. XX a questão de Macau como plataforma colocava-se de forma diferente de décadas atrás, apresentava-se como um desafio maior. E desafio maior porquê? Porque Macau, como plataforma e charneira entre o interior da China e o exterior, teria de ser confrontada com a modernização da China, com o desenvolvimento da China e o facto de Macau se situar num dos pólos de maior desenvolvimento do Mundo, o Delta do Rio das Pérolas. Assim, o problema que se punha a Macau era ser útil no Delta do Rio das Pérolas e, simultaneamente, não se deixar diluir e absorver pela Província de Cantão, mais concretamente pela Cidade de Zhuhai, que se desenvolvia com grande dinamismo do outro lado da fronteira. Quando da assinatura da Declaração Conjunta, que como sabem estipula o acordo para a transferência da administração portuguesa de Macau para a República Popular da China, o Território tinha uma dependência muito grande de Portugal, de Hong Kong e da China. Da China teve e terá sempre.

A dependência de Macau não era financeira. Toda a transição, tudo o que foi feito, foi feito integralmente com dinheiro de Macau nomeadamente o seu aeroporto. Refiro-me às competências dos órgãos de governo próprio, ao seu sistema judicial, à debilidade em quadros locais, à ausência de legislação própria fundamental, a instituições consolidadas no campo da educação e formação, às capacidades para guardar as suas características e identidade dentro do denominado Segundo Sistema. A Declaração Conjunta, nos termos em que foi acordada, só foi possível graças à engenhosa fórmula de Deng Xiaoping, que é por todos vós conhecida de “Um País, dois Sistemas”.

Darei alguns poucos exemplos para melhor explicar o que quero dizer.

No campo da Justiça, Macau era uma comarca. Todos os recursos da 1ª instância tinham que vir para a relação em Lisboa. Todos os magistrados pertenciam a Portugal. A grande maioria dos quadros superiores e médios da Administração eram portugueses oriundos de Portugal ou macaenses que na sua quase totalidade não liam nem escreviam chinês. Os grandes códigos que no fundo regulam a vida das sociedades e muita da legislação estruturante do ordenamento jurídico de Macau, como por exemplo os Códigos Penal, Processo Penal, Civil, Comercial, Administrativo e outros eram todos códigos portugueses que haviam sido estendidos a Macau. Ora toda a legislação portuguesa, que não

fosse legislação bilingue, aprovada pelos órgãos de governo próprio de Macau, não poderia continuar a vigorar depois de 1999, na RAEM.

A única língua oficial era a língua portuguesa. A língua chinesa, mesmo em 1987, não era língua oficial. Só a partir de 1992 a língua chinesa passou a ser língua oficial de Macau.

No fundo e em resumo, tratava-se de reforçar a autonomia de Macau e a sua identidade única.

Para o reforço da autonomia de Macau actuou-se segundo 3 vectores. A consolidação da estrutura económica, o desenvolvimento do sistema educativo e a expansão da rede de serviços sociais.

Consolidação da estrutura económica

O ciclo da economia de Macau, identificada pelos três T, os Toys, os Transistors e os Textiles, estava esgotado. Esse ciclo da economia, porque acompanhava os preços da mão de obra barata tinha vindo do Japão, do Japão para a Coreia do Sul, daí para Taiwan, de Taiwan para Hong Kong, daqui para Macau, e depois deslocalizados para a China.

Portugal tinha a responsabilidade de preparar a transição, mas sabia das dificuldades e constrangimentos que era preciso ultrapassar. Era importante fortalecer as instituições de Macau, criar uma sociedade civil mais forte, com um sentido de pertença a Macau, em contraste com o que estava a ocorrer de forma diferente em Hong Kong (vamos para a China, vamos manter a nossa identidade, somos diferentes!). Em Macau, não era muito claro que fosse assim, porque não havia quadros locais suficientes de qualidade e elevado nível. Portanto tratava-se de reforçar o Segundo Sistema, consolidar o sistema político, com separação de poderes, o sistema administrativo, o sistema judicial, localizar a legislação de que falei há pouco, leis que garantissem condições gerais de investimento com segurança para os investidores, fortalecer as instituições e criar outras, numa palavra tratava-se de reforçar a autonomia de Macau para dar viabilidade e sustentabilidade à vocação histórica de Macau como plataforma no Delta do Rio das Pérolas, razão da sua existência e da sua diferença em relação ao interior da China.

Macau tinha também de reforçar a sua própria singularidade em relação ao interior da China e evitar a sua absorção, tendo em consideração a sua reduzida dimensão.

No reforço da autonomia procurou-se a evolução da sua economia no sentido da sua terciarização e internacionalização. Falei há bocado nos seus constrangimentos, e daí a criação de infra-estruturas modernas das quais, de entre um programa muito vasto de realizações, a mais falada e conhecida é o aeroporto como peça chave para a autonomia de Macau, que não tinha nenhuma saída para o exterior da China que não fosse através de jet-foil via Hong Kong. Criar uma cidade moderna, limpa, atractiva para o turismo, desporto, lazer, uma cidade de congressos e de cultura.

Ainda relativamente à sua vocação de plataforma fez-se uma aposta forte e

determinada em duas direcções; a União Europeia e os países da CPLP.

Quanto ao desenvolvimento do sistema educativo tratava-se no fundo de defender os factores de competitividade de Macau, criação de um sistema educativo próprio para Macau e a formação de quadros e de elites.

Relativamente à expansão dos serviços sociais não vou entrar em detalhe nesta área, mas defendemos que as alterações introduzidas, a modernização de infra-estruturas e o crescimento da economia teriam que ter um reflexo directo na qualidade de vida da população.

Relativamente ao segundo ponto, reforço da identidade e singularidade de Macau, tratava-se de reforçar a matriz de valores próprios de Macau, do seu ordenamento jurídico, do sistema político com separação de poderes, do sistema administrativo, judicial, os direitos, liberdades e garantias, através de legislação própria e da aplicação a Macau dos Pactos Internacionais-dos Direitos Económicos e Sociais e Culturais e o dos Direitos Cíveis e Políticos - as convenções internacionais, para citar alguns exemplos. De tudo isso se tem falado pouco, fala-se muito de infra-estruturas, fala-se muito no que denomino de Hardware e muito pouco no Software. E o software, para mim, é porventura ainda mais importante por que vai determinar e sustentar tudo aquilo de que estamos aqui a falar; a autonomia, a identidade, a capacidade de Macau sobreviver, de manter e reforçar as suas características e a sua vocação, e de se cumprir a promessa que Portugal e a China fizeram de Macau continuar a manter o mesmo sistema de vida, a mesma organização, os mesmos direitos e as mesmas liberdades. Mas também outras questões que podem parecer menores mas que são fundamentais tais como o património, a Igreja -o papel da Igreja em Macau é importantíssimo, na educação e na área social- e outros, desde o folclore até ao patuá, passando pela gastronomia e pela calçada à portuguesa. Poder-se-á pensar que são coisas simples e são, mas fazem parte deste puzzle que identifica Macau. Naturalmente que o jogo também faz parte da identidade de Macau. É muito importante para as suas receitas, e é também uma marca diferenciadora que se procurou sempre apoiar, indispensável para a vida do Território, para as suas finanças, mas sempre com a preocupação de não deixar Macau demasiado ou totalmente dependente do jogo.

Gostava também de fazer uma referência especial à cooperação entre Portugal e a China durante o período de transição, porque se tratava de uma parceria, de uma responsabilidade conjunta, de um compromisso que os dois países haviam assumido, relativamente à população, e ao seu futuro. Saúdo o Senhor Embaixador pois foi uma das pessoas que contribuiu através das funções que exerceu em Macau e em Pequim, para que eu possa dizer hoje com sinceridade, que considero, naturalmente que sou parte e sou suspeito, que a cooperação entre Portugal e a China na transição de Macau, foi exemplar. Cooperação através do diálogo, franqueza, lealdade, da firmeza nas convicções que cada parte manifestava abertamente em cada ocasião, mas fundamentalmente porque sempre esteve presente que a transição de Macau, do dia 19 para o dia 20 de

Dezembro de 1999, não podia, não se permitiria que fosse uma rutura mas sim uma continuidade que era simultaneamente uma aposta no futuro. As negociações que tiveram lugar, foram-no nesta base de diálogo, de bom entendimento, guardando as discussões para o âmbito em que elas deveriam ter lugar, nunca as passando para o público. Eu sei que foram dias difíceis, mas queria dizer-vos, que se a China não concordou com 100% daquilo que apresentámos, concordou poderia dizer, como imagem, em 99%. Porque é que digo que concordou a 99%? Porque a China actuou sempre sem preconceito em relação a Macau como peça do Segundo Sistema, independentemente do que se passava no interior da China. Também da parte portuguesa houve sempre lealdade, respeito pelo compromisso assumido e a preocupação de dar continuidade, no futuro, a esses compromissos. E porque é que as negociações tinham de ser assim? Referi há pouco algumas das vulnerabilidades de Macau.

Muito do que foi decidido como estruturante para o futuro de Macau teve que ser decidido e aprovado durante o período de transição porque não existia quando a DC fora assinada -os códigos de que vos falei são um exemplo entre muitos outros-. Interessava que esse trabalho tivesse o compromisso da continuidade, por parte da China. Daí a vantagem das negociações com a parte chinesa para garantir o seu acordo, a continuidade e a estabilidade.

Perguntar-se-á agora se esse rumo foi seguido pela RAEM? A minha convicção é que se manteve esse rumo, dentro da ideia de continuidade então definida.

Assim, terminarei falando de Macau como plataforma enquanto RAEM.

É evidente o reforço da importância de Macau, como plataforma e como charneira. Darei alguns exemplos, embora o que hoje se fala mais é do jogo em Macau. Os novos hotéis e casinos trouxeram nova qualidade, superior àquela que existia, mas pode-se questionar o seu número, o que levanta a questão da descaracterização de Macau. Considero que o seu desequilíbrio em relação á vida do Território, atraindo os jovens para trabalhar onde podem auferir melhores salários, não continuando os seus estudos ou as suas carreiras, pode tornar-se num factor negativo. Outro seria a abertura indiscriminada das fronteiras mas estou certo de que as autoridades chinesas não deixarão de avaliar bem estas e outras situações preservando a autonomia e identidade de Macau.

A RAEM continua com a delegação, já existente do anterior, junto da União Europeia. A União Europeia assinou em 1992 com Macau um acordo de cooperação económica de terceira geração, o primeiro assinado com algum país ou território da Ásia.

Ainda durante a Administração portuguesa, e de acordo com a RPC, foi prorrogado para além de 1999 esse acordo entre Macau e a União Europeia. Foi o sinal que essa linha de força estava certa e que iria ter continuidade. Além da delegação na União Europeia a RAEM estabeleceu uma delegação junto da OMC. Está aqui presente o Sr. Eng Raimundo Rosário, que é o representante da RAEM nessas Delegações. Sei que anda todos os meses de um lado para o outro

o que é sintoma de grande dinamismo e a demonstração que essas linhas de força estavam certas. Gostava de o cumprimentar também.

Segundo exemplo. O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países da CPLP criado em 2003. É um instrumento fundamental, porque é um Fórum entre a China e a CPLP cujo secretariado foi fixado em Macau. No preâmbulo da criação desse Secretariado se diz o propósito de valorizar o papel de Macau como plataforma entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa. Não podia ser mais claro quanto à importância marcante de Macau enquanto plataforma.

CEPA

Também o CEPA, Closer Economic Partnership Arrangement ou seja o Acordo de Parceria Económica e Comercial entre o Continente da China e a RAEM, destina-se à facilitação na importação de produtos e exportados de Macau para o interior da China e aplica-se não só as empresas localizadas em Macau mas também a qualquer empresa estrangeira que, através de Macau, exporte serviços ou outros produtos para o interior da China desde que tenham mais de 30% de valor acrescentado de Macau.

Jogos da Lusofonia

Outro exemplo é o da criação dos primeiros Jogos da Lusofonia, por iniciativa da China e da RAEM, que juntaram mais de 1000 atletas de todos os países de língua portuguesa e, curiosamente, o Sri Lanka e Goa, sob o lema muito significativo de “Quatro continentes, uma Língua, Unidos pelo Desporto”

Grande Delta do Rio das Pérolas

A inserção de Macau no Grande Delta do Rio das Pérolas, designado por 9+2 (nove relacionado com a parte continental chinesa, Cantão, e os dois, Hong Kong e Macau), competindo a Cantão a parte tecnológica, de investigação científica e de desenvolvimento e a Hong Kong e Macau a parte de serviços financeiros, comerciais e formação. Quando falo em formação lembro a decisão de transferir o Campus da Universidade de Macau para a ilha da Montanha, que como sabem é parte de Zhuhai. É uma decisão de Pequim, conjuntamente com Zhuhai, dando a jurisdição de uma área de 1 km² à RAEM. Está previsto que ainda este ano seja inaugurado pelo Presidente Hu Jintao, um dos maiores Campus Universitários da China com a intenção de dotar Macau de uma Universidade internacional de alta tecnologia, apta a promover a formação de quadros e especialistas no Delta do Rio das Pérolas, que é, repito, um dos polos de maior desenvolvimento do mundo, no qual Macau tem e terá o seu papel.

Ainda o Acordo de Parceria Estratégica assinado pela China com Portugal em 2005, a cuja importância já se referiu o Sr. Embaixador.

Estes alguns exemplos que servem para materializar a vocação de Macau como plataforma, a sua principal característica e razão da sua sustentabilidade e da sua identidade por mais de 4 séculos. Esta é também, penso, a razão mais forte que explica porque um território exíguo, encaixado no delta do Rio das Pérolas na China, possa ter sido administrado por um pequeno País situado a milhares

de quilómetros de distância.

Macau no Arco da Grande China

.Além disso, tendo em consideração o interesse da administração chinesa, e esta é uma opinião muito pessoal, penso ser objectivo da RPC o de integrar Macau, dentro de uma perspectiva geoestratégica e geoeconómica no Arco da Grande China, ou seja, Taiwan, Hong Kong, Macau, RPC, chineses ultramarinos. Tudo isto faz sentido, faz parte dos objectivos e interesses permanentes da China. Provar também a Taiwan que o sucesso das transições de Hong Kong e Macau demonstram a validade do modelo “Um País dois Sistemas” .

Utilizar Macau, otimizar sinergias regionais, não só no contexto regional mas para o exterior, como há pouco disse, envolvendo a União Europeia e a CPLP.

No fundo, concluiria, Macau é uma grande oportunidade, é uma plataforma útil para os objectivos da RPC e para todos aqueles que queiram contactar com a China. Mantendo a sua principal característica de plataforma, a sua identidade, a sua singularidade, a sua originalidade, Macau é, do meu ponto de vista, um local verdadeiramente único e um exemplo, como espaço de convívio, tolerância e de harmonia!

Muito obrigado

澳门前总督Rocha Vieira将军在葡中论坛上的发言稿
卢济亚达大学
2012年10月31日
《澳门——通向未来的平台》

尊敬的中国驻葡萄牙大使张备三先生，卢济亚达大学校长，里斯本大学副校长，尊敬的马努埃尔·洛佩斯教授，祝贺你15年前对澳门和中国大陆的成功访问，尊敬的发言者，老师和同学们，先生们，女士们：

首先我想表达来到卢济亚达这所久负盛名的学校的愉快心情。

我将从三个方面来阐述我今天的演讲题目“澳门，通向未来的平台”，分别是澳门简史、过渡时期和澳门特别行政区。

澳门最突出的一个特点便是它永远都是一个交汇互通平台，一个合作往来联络的重要地区。当我提到平台，相信所有人都还会记得，正如刚刚大使先生讲到的，葡萄牙人是最早的一批登陆中国的西方人之一，并在澳门开始了商业贸易往来；但是，几个世纪以来，澳门不仅仅一直是文化、宗教和不同民族的交汇地，也是人们出入中国和那些避难者或者寻求政治庇护寻求一个安身之地的重要商埠。澳门即使具有不可避免的地域狭小的弱势，但是却承担起了备受尊崇的中立角色。我说的这些澳门作为平台的内容，正说明了澳门长期以来所承担的重要角色，尤其是在中国与外界联系方面的作用。另外在二十世纪，葡萄牙与中国真正建立外交关系是在1979年，之前的很长一段时期内并无外交关系。总而言之，在当今世界不断全球化和中国不断开放和现代化的时期，澳门扮演着一个关键的平台角色。

现在，我将继续讲第二部分，过渡期的澳门。

当葡萄牙和中国在1987年签订中葡联合声明之时，双方都为澳门的未来承担起来了重要的责任。

葡国担负起为在1999年12月19日到20日从葡方治理到中方管理的重要转变作准备的责任，同时，中方承诺建立一个至少50年不变的澳门特别行政区，保持澳门社会生活方式不变，权利自由和保障，地区政治体制和司法制度不变。

因为临近二十世纪末，澳门问题的解决方式与以往有很大不同，并成为一个很大的挑战。为什么是一个更大的挑战么？因为澳门一直以来都是中国贯通内外的通道和平台，必须面对中国的现代化和快速发展，以及在世界快速发展的大背景下，澳门与珠江三角洲相邻。因此，澳门必须面对的问题是，一方面要在珠

江三角洲发挥不可替代的作用，另一方面又不能广东省或者相对其他临海城市来讲更为快速发展的珠海市当中趋于平庸化。当中葡联合声明确定葡萄牙的管理权转移到中国主权时，澳门具有与葡萄牙，香港或者与中国内陆很大的独立性。澳门的独立性不止于体现在财政方面，整个过渡时期的经费部由澳门独立承担。在“一国两制”政策之下，要保持澳门地区独有的特点，我可以列举一些澳门地区所应对的不少竞争压力，譬如政府机构，司法体系，地区构架的不足，本地立法传统的缺乏，教育信息机构的巩固等等。而中葡联合声明之所以实现，主要在于你们所熟知的邓小平先生所提出的“一国两制”的构想。

为了更好的说明，我将举一些简单的例子。

在司法方面，澳门具有特区的独特性。

譬如一些重要的法典，虽然具体上我不太了解，但是我可以略举一二，那些维持社会生活秩序的法典如刑法和商法等，这些法典都是葡国曾经带到澳门的。不过，这些从1999年以后在澳门特别行政区不再继续有效。

在普通法院，澳门与里斯本地区的司法联系非常紧密；所有的法官来自葡国，澳门中高层行政管理都是那些不会读写中文的葡国人或者土生葡人。那些规范社会生活的重要法典，以及地区司法秩序方面的规范立法，譬如刑法，刑事訴訟法，民法，民事訴訟法，商法，行政法，以及其他从葡国延伸到澳门的法律规范。所有由澳门地区政府通过的没有双语立法的葡文立法，将在1999年之后再澳门特区不再继续生效。唯一的官方语言是葡萄牙语。中文即使在1987年仍然不是官方语言。只有在1992年之后中文才开始作为澳门官方语言。

进一步来讲，澳门的自治和独特性需要进一步的巩固。为此，需要在三个方面下工夫：加强经济结构，发展教育体系和开展社会服务系统。

加强经济结构

澳门经济可以由三个字母“T”来说明：玩具，晶体管和纺织，但是这样的澳门经济循环几近没有优势，因为手工品的价格无法竞争于日本，随之韩国，台湾，以致香港，从香港到澳门，然后转移到中国。

葡国有责任为过渡做好准备，但是也很清楚其需要克服的困难和限制。健全澳门的组织，建立一个更加自觉和澳门归属感的公民社会，不同于香港的运行模式（回到祖国，带去我们的归属感，我们是独特的…）但是澳门不是这样的，因为没有足够的地区质量构架和较高的水平。因此加强不同于内陆的第二个制度，包括权力独立的政治制度，行政制度，司法制度和我刚提到的立法；基本的投资环境，投资者的安全性必须通过法律通过组织来保障，简而言之，通过加强澳门的自治来保障它的活力和可持续发展，也有利于澳门作为珠江三角洲的交汇平台作用的持续发展，这正是澳门不同于内陆的独特之处。基于考虑地域狭小，澳门需要保持区别于内陆的特点，并避免与内陆趋同化。

为巩固地区的它独特性，从澳门经济发展来看，在这方面我已经提过一些它的限制，需要充分重视它的的交汇和国际胡同平台的作用。为此，需要创建更具现代化的此经济结构，其中为众人所熟知的便是机场，它是澳门自治的一个关键部分，因为若无此，除了经由香港没有通往外部，并无其他出口。创建一个现代化的整洁的旅游、体育、休闲胜地和文化交汇地区。

从它的平台作用来看，我们必须提到两个很重要的方向：欧洲联盟和葡语国家共同体。

此外，澳门的教育体系发展方面的问题，关乎澳门整个体系的竞争力以及精

英和整体构架的完善，亦是澳门必须加强的。

至于社会服务的扩展，在这方面，我不会详细展开，但是我要指出的是，基础设施的完善和经济增长一定会直接作用于居民的生活。

关于第二点，加强澳门的身份认同和独特性，也就意味着我提到过的加强第二种制度，是加强基本的价值观念，法律制度，权力独立的政治制度，行政制度，司法；权利，自由和保障，经由独立的立法和国际公约或协约，所有这一些我刚才也都提到过了，很多都是涉及基础设施和硬实力，但是在软实力方面讨论的太少了。我认为软件实力也许是更重要的，因为它将决定我们现在所说的一切，自治，共性，澳门的持续竞争力，以及中葡曾经沟通承诺的维持原来的社会生活形式，原来的组织体系，和同样的权利和自由。但是也有一些其他看起来很小而实际很重要的问题，譬如遗址，教堂，宗教在澳门教育方面和社会方面都是非常重要的，还有譬如从民间习俗到筵篮，从饮食到具有葡式风格的石子路。有人可能会认为，这些都是琐碎而简单的事情，然而都是标志澳门特色的组成部分。当然，博彩也是澳门一大特色，它不仅是地区收入的重要来源，也是澳门一直在寻求维持的标志，更是地区生活和财政收入的来源，但是必须防止澳门过渡或者或完全依赖博彩。

我还要特别提到，在过渡时期的中葡合作，因为这是一个合作伙伴关系，也意味着共同的责任，两个国家对澳门百姓和未来的共同承诺。我诚挚地认为，在澳门过渡时期中葡之间的合作，是一个很好的典范，而张大使便是促成其合作的人士之一，无论是在澳门或北京，他都在对话中发挥了他的重要职能作用，以及在坚定的信念下所表现出来的统率和真诚都让我印象深刻。1999年12月19日至20日，这个历史时刻永远不会磨灭，它不是意味着中止和断裂，而是意味着传承和对未来之澳门的昭示。基于对话和相互理解的磋商，期间的讨论内容一直没有公开。我知道很困难，但是我想告诉你们，对于我们的建议，中国没有百分之百的同意，但至少百分之九十九是同意的。为什么我说百分之九十九？因为往往是在中方意见中得到一致和同意，百分之百的外交认同和退让等等。对于葡方所提出的，中方总是不遗余力的在第二种制度之框架内给予澳门以不同于内陆的独立支持。因此我非常乐意在此表达我对中葡合作的高度赞赏。此外，葡方也始终遵守这份共同责任的承诺，而这些承诺也将在未来继续。为什么谈判会这样呢？我刚才已经提过一些澳门的限制性。

很多重要问题需要商谈解决，譬如在中葡联合声明中并不存在的关切未来澳门构建的问题必须在过渡时期得以解决：我刚刚和你们提到的法典就是其中一个很典型的例子，它是中方承诺维系澳门制度不变的一大关键。因此，才会有中葡双方洽谈协商以及对联合声明的保障，继续和维持。如果有人问那么现在的澳门特别行政区是否在朝着这个方向前行呢？我认为若在可持续的理念下保持这个道路，那么答案是肯定的。

最后，我将谈谈澳门特别行政区的平台作用。

显然澳门作为区域平台和交汇地的重要性越来越突出。举一些例子，很自然，我们常常会谈到澳门的博彩。一些新的大酒店带来了前所未有的并且越来越好的生活品质，但是如此也针对澳门的平庸化提出了新的拷问。地区生活的不平衡，年轻人放弃学业和事业，趋向薪酬高的地方就业，都会带来负面的影响。另外就是一些边境开放的措施，这些我想中方都会做出有利于澳门自治的积极对策的。

澳门将继续如前作为欧联的一个代表团。欧盟于1992年签署了第一个和亚洲的一些国家或者地区的协议，恰恰是在澳门。

澳门与欧盟之间的协议，即使在葡萄牙管理期间和与中方磋商签署协议时期，乃至1999年之后一直持续。这是证明决策正确的信号，也意味着可持续性。除了欧洲联盟的代表团，澳门也有在世界贸易组织的代表团。今天出席的工程师Raimundo Rosário，他是澳门在世贸组织的代表，多个月以来无处不显示这具有活力的决策是正确的，我也借此机会向他问候。

第二个例子是，成立于2003年的中国与葡语国家之间的经济和贸易合作论坛。这是一个很重要的论坛，而论坛的秘书处就常设在澳门。这个秘书处的创设序言提到，其目的之一就是为了提高和发挥澳门作为中国与葡语国家之间的平台作用。因此，澳门的特别作用显而易见了。

CEPA

CEPA，即《关于建立更紧密经贸关系的安排》，中国内地与澳门特别行政区签署的长期的经济贸易合作协议，旨在促进澳门出口产品到内陆，这不仅有利于在澳门的一切企业，也为通过澳门而向中国内陆出口产品或其他服务的任何外国公司提供便利，因为他们有超过30%的增值在澳门。

葡语国家运动会

另外一个例子是由中国内陆和澳门创办的葡语国家运动会，来自所有葡语国家将近一千多名运动员参会；更加有意义的是还有斯里兰卡和果阿，感召到大会的精神，这让我觉得特别欣慰。四大洲，同一种语言，通过体育而携手走到一起！

珠江三角洲

通过“9+2”（包括广州的9个中国大陆地区，加上香港和澳门特区），澳门加盟到大珠三角，于是香港和澳门成为商业服务，金融和培训的一部分，与广州的技术，科学和参与一道竞争互利。当我提到培训时，想起澳门大学校区将移往横琴岛的决定，大家知道那是珠海的地区。这个决定是北京和珠海以及澳门一起作出的，预计今年将有国家主席胡锦涛宣布。澳门大学将拥有一个更重要的大学校园，其旨在建立一个高端国际化科技领域，从而推进三角洲的发展。我想重申一遍，在珠江三角洲这于世界其他地区亦屈指可数的告速发展的地区，澳门将会发挥一定的作用。

还有中国和葡萄牙在2005年签署的战略合作框架协议，其重要性刚才大使先生已经提到过了。

这几个例子有助于展示澳门作为一个平台的位置，有助于显示它的主要特点和解释四个多世纪以来澳门所扮演的重要角色的原因。假依中国大陆，同时与葡萄牙这个小国保持联系，不知道为什么，或许还有更好的解释。

此外，我认为，基于个人想法，中国方面已经在考虑，整合澳门在地缘战略和地缘经济上相对于大中国的角色，或者，台湾，香港，澳门，中国以及海外中国，所有这一切，将会惠及中国将来任何时候。这也向台湾展示了“一国两制”的成功实践。

发挥澳门的关键作用，深化澳门的优势，不仅对于区域更有利于超区域的发展，正如我之前提到的，将惠及欧盟和葡语国家共同体。

总而言之，澳门是一个很好的机会，是一个有益的平台，不仅有利于中国实现更远大的目标，而且也有利于世界其他欲与中国保持联系的国家。维持澳门的

平台特色，它的共同性，它的独特性，它的独创性，我认为，所有这一切使得澳门成为一个真正独特的生活空间，宽容与和谐的典范！

非常感谢！

(Traduzido por Chen Defeng) (陈德锋 翻译)